

## PORTE ILEGAL PODE TER PENA AUMENTADA

CCJ aprovou ontem projeto de lei que torna mais severas as penas para contrabando, posse, porte e venda ilegal de armas, considerando esses crimes inafiançáveis e impedindo que criminosos sejam beneficiados com o instituto da liberdade provisória.

## PRESO PERDERÁ CONTATO COM QUADRILHA

O Brasil poderá ter dois regimes disciplinares para presos considerados de alta periculosidade, sendo um deles específico para romper as ligações com o crime organizado. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

# Comissão examina todos os projetos contra armas

■ Senadores e deputados tentarão elaborar um substitutivo para ser votado nas duas Casas. No Senado, a penúltima semana do mês será dedicada ao exame de propostas sobre segurança



Jose Cruz

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que será criada comissão de senadores e deputados a fim de analisar em conjunto todos os projetos de restrição ao uso de armas de fogo e elaborar substitutivo para ser votado nas duas Casas. Também anunciou que as sessões do Senado de 22 a 24 deste mês serão dedicadas ao exame de projetos relacionados à segurança pública.

**SEGURANÇA** Dois projetos aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania buscam combater a criminalidade

Páginas 4 e 5

## ANTIPIRATARIA

### Artistas agradecem ação do Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, e outros parlamentares foram homenageados com "Discos de Ouro" por produtores e artistas.

Página 6

## Plenário aprova abono e reajuste de 1% para servidor



Roosevelt Pinheiro

O Plenário do Senado aprovou ontem os projetos do governo que reajustam em 1% os salários desde 1º de janeiro e concedem abono de R\$ 59,87 retroativo a maio para os funcionários federais. Os projetos agora vão à sanção presidencial.

Página 3

**TEXTO MANTIDO** Plenário rejeitou emendas que alteravam projetos do governo

## Iris lamenta falecimento de político goiano



Senado aprovou voto de pesar proposto por Iris

O Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento do intelectual e líder político goiano Hélio Seixo de Brito. A homenagem foi proposta ontem pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). Serão enviadas condolências à família e à prefeitura de Goiânia.

Ao encaminhar a votação, Iris enalteceu a longa e rica trajetória de Hélio de Brito, que faleceu na terça-feira em Goiânia, aos 93 anos de idade. Médico por formação e político apaixonado, foi deputado estadual e um dos primeiros prefeitos de Goiânia.

## Valadares homenageia magistrado

O Senado enviará votos de profundo pesar ao Tribunal de Justiça de Sergipe e à família do desembargador Antonio Góes, falecido em 21 de junho, aos 60 anos, em Aracaju. A homenagem foi solicitada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que lembrou "a conduta ímpolita, as opiniões seguras e as atitudes corajosas" do magistrado. Valadares também ressaltou o trabalho do desembargador no tribunal.

– Impôs um trabalho vanguardário, o que ficou evidenciado com a introdução da Justiça volante no estado – observou o senador.

# Agenda

## Plenário do Senado realiza sessões não deliberativas

A sessão de hoje, com início às 14h30, e a de amanhã, às 9h, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares, não havendo votação de matérias.

## Normas para setor farmacêutico em análise



Duas comissões mistas iniciam seus trabalhos hoje, para analisar medidas provisórias (MPs) encaminhadas pela Presidência da República. Às 10h se reúne a comissão que vai examinar a MP nº 121/03, sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do

Brasil, para atuação no segmento de microfinanças e consórcios. Às 11h, o outro colegiado analisa a MP nº 123/03, que define normas de regulação para o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

## Investigação sobre exploração sexual terá novas audiências

A Comissão Parlamentar de Inquérito Mista de Exploração Sexual, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), tem reunião marcada para as

10h, quando serão discutidos requerimentos e decididos os locais onde serão feitas as diligências e as próximas audiências públicas.

A CPI, que investiga situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, deverá ser concluída em dezembro próximo.

## Relações Exteriores vota indicação para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto –, tem reunião a partir das 10h, para votar indicações de Celina Maria Assumpção do Valle



Pereira, Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro e Mário da Graça Roiter para assumirem embaixadas do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein, Belize e Bareine, respectivamente.

## Vida de Luís Cruls em programa da TV Senado

A TV Senado exibe no programa *Cidadania*, às 19h30, entrevista com o astrônomo Ronaldo Rogério Mourão, o historiador Walter Mello e o cineasta Pedro Jorge sobre a Missão Cruls, que trata da vida do explorador belga Luís Cruls. Engenheiro e astrônomo, ele coordenou a expedição ao Planalto Central, em 1902, para analisar o melhor local para a construção da futura capital do país, Brasília.



## CPI ouve diretores do BC

Três diretores do Banco Central – Paulo Sérgio Cavalheiro, Ricardo Liao e José Maria Carvalho – serão ouvidos pelos senadores integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, na reunião marcada para as 10h. A CPI foi criada para investigar o envio ilegal de divisas ao exterior.

## A Voz do Cidadão

O Serviço 0800 – A Voz do Cidadão –, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações da população no telefone 0800-612211, durante 24 horas. Pelo serviço é possível fazer sugestões de projetos, enviar comentários sobre a atuação dos senadores e obter informações sobre o trabalho legislativo.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## Lúcia Vânia aponta falhas em programa

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou ontem falhas no programa Primeiro Emprego, lançado pelo governo esta semana. De acordo com a senadora, foi realizada uma grande festa no lançamento, mas



Primeiro Emprego não ouviu jovens, diz Lúcia Vânia

na elaboração do programa não houve a participação dos jovens e os educadores não foram ouvidos.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que o estágio deveria ser enfatizado pelo programa e manifestou preocupação quanto ao debate no governo em torno da redução dos gastos com educação.

A senadora ainda registrou voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Goiânia Hélio de Brito, "um líder político extremamente atuante e solidário".

## Tourinho quer evolução do setor petroquímico

Ao comemorar o 25º aniversário do Pólo de Camaçari (BA), o senador Roldolpho Tourinho (PFL-BA) reivindicou ontem a reorganização da indústria petroquímica no país. Ele citou a necessidade de a



Tourinho defende reorganização das indústrias

Petrobras atender à demanda de nafta do setor, pois nenhum pólo pode depender da importação desse insumo, especialmente quando a Petrobras fixa preços do produto sem considerar sua implicação no desenvolvimento do país, explicou.

Tourinho afirmou que as privatizações, a partir de 1992, levaram a Petrobras a sair do setor, o que a seu ver foi precipitado. Em relação a Camaçari, a privatização gerou pulverização de controle, criando uma intrincada teia de participações cruzadas e desarticulação entre suas cadeias produtivas.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Motta critica texto da reforma tributária



Proposta do governo é tímida, segundo Motta

A proposta de reforma tributária enviada ao Congresso não será capaz de simplificar e racionalizar o Sistema Tributário Nacional, afirmou o senador João Batista Motta (PPS-ES). Ele considera tímido o texto em

discussão na Câmara, se for levado em conta o atual estágio da economia brasileira.

– A proposta não elevará a eficiência da economia e, por conseguinte, não permitirá estimular a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e renda. Enfim, não possibilitará a inclusão socioeconômica de milhões de brasileiros que hoje se encontram marginalizados.

De acordo com Motta, as principais mudanças se dão no âmbito dos estados, mais especificamente nas regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O senador disse que o objetivo do governo é eliminar a guerra fiscal. Para isso, propôs a unificação de alíquotas do imposto, o principal arrecadador estadual.

– O governo errou na dose, ao estabelecer a obrigatoriedade de alíquotas únicas em todo o país por produto, mercadoria e serviço. Melhor seria a determinação de cinco faixas de alíquotas para que cada estado pudesse fixar a que melhor atendesse à sua política fiscal.

## Brasil deve participar de força de paz das Nações Unidas no Congo

Vai a promulgação projeto de decreto legislativo acolhido pelo Senado, em regime de urgência, aprovando a participação do Brasil na força multinacional de emergência provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), para a cidade de Bunia, província de Ituri, no Congo (África). A proposta foi relatada em Plenário pelo senador Tião Viana (PT-AC).

– Essa matéria diz respeito à responsabilidade do Brasil no plano interna-

cional, como integrante da aliança dos países-membros das Nações Unidas. Trata da presença brasileira na força internacional de paz que atuará no Congo, na tentativa de fazer cumprir as resoluções aprovadas na ONU – afirmou Tião Viana.

A região de Ituri, no Congo, sofre uma das crises humanitárias mais graves do mundo. Calcula-se que entre 1999 e março último o conflito armado causou a morte de 50 mil pessoas e desabrigou outras 500 mil.

# Senado aprova reajuste médio de 1% e abono de R\$ 59,87 ao servidor

O aumento, retroativo a 1º de janeiro, é extensivo a todos os aposentados e pensionistas

O Plenário aprovou ontem os projetos do governo que reajustam em 1%, retroativo a 1º de janeiro, os salários dos servidores públicos e concedem abono de R\$ 59,87 a todos os funcionários federais, a partir de 1º de maio.

O reajuste e o abono, somados, representam reajuste de 13% para quem ganha R\$ 500, mas não passam de 2,56% para vencimentos de R\$ 3.843. A inflação de 2002 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 12,53%. Os projetos agora vão à sanção presidencial.

O Plenário rejeitou quatro emendas, uma delas apresentada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que pretendia elevar o aumento de 1% para 4%. Ela argumentou que o governo



SEM MUDANÇAS O Plenário rejeitou as emendas que garantiam reajuste maior para os funcionários públicos da União

dispõe de dinheiro para pagar o reajuste de 4% para o funcionalismo, lembrando que a previsão de sobra de dinheiro no caixa da União (superávit primário) é de R\$ 55 bilhões. O relator do projeto, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), rejeitou a emenda, ponderando que cabe ao presidente da República definir os aumentos dos servidores.

– Não estou propondo nada de ideológico. Estou propondo

aumento que não chega a um terço da inflação do ano passado – disse Lúcia Vânia.

### Inflação

A segunda emenda rejeitada foi apresentada pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que propôs reajustar os salários dos servidores pela inflação oficial (IPCA do IBGE), de 12,53%.

Uma terceira emenda rejeitada, também de Antero, estabelecia que o abono fosse conce-

dido retroativamente a janeiro. O relator do projeto, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), recomendou a rejeição da emenda. Ele não mexeu na proposta do governo, mas constatou que a folha de pagamento do início do governo Lula é a menor desde 1995. Nos primeiros quatro meses deste ano, o gasto consumiu 27,3% da receita corrente líquida – o máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 50%.

### Incorporação

A quarta emenda rejeitada, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), visava incorporar o abono ao vencimento básico dos servidores a partir de janeiro de 2004. Abonos são uma vantagem pessoal dos servidores, e futuros aumentos lineares para o funcionalismo não corrigem o seu valor.

Conforme o Executivo, o aumento linear de 1% a partir de janeiro aumenta o gasto anual da União com funcionalismo em R\$ 526 milhões. O abono custará R\$ 675,8 milhões de maio a dezembro deste ano. O reajuste e o abono são extensivos a aposentados e pensionistas do serviço público federal.

## Agripino quer incluir reforma política na convocação extraordinária



EMPENHO Segundo Agripino, o PT não se esforçou para concluir a votação da proposta

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), cobrou o apoio dos líderes partidários, especialmente o do PT, senador Tião Viana (AC), à proposta de inclusão da reforma política na pauta da convocação extraordinária. A matéria já foi aprovada pelo Senado e está em tramitação há mais de um ano na Câmara dos Deputados.

O líder pefelista lembrou a parceria entre PFL e PT na discussão da reforma política no Senado, e disse estranhar a falta de empenho do Partido dos Trabalhadores para concluir a votação da proposta.

Entre as principais mudan-

ças previstas, o senador destacou o financiamento público das campanhas; a elaboração de listas fechadas; a fidelidade partidária, que exige uma filiação mínima de quatro anos para registro de candidatura; e a cláusula de desempenho, que exige do partido representação nacional para ter acesso ao fundo partidário e a tempo de propaganda eleitoral no rádio e TV.

Agripino queixou-se também de que o Congresso não teria sido convidado para negociar a pauta da convocação.

### Apoio

O líder do PT, Tião Viana, afirmou que apóia a proposta de

José Agripino. Na avaliação de Viana, a reforma política é fundamental para a construção da democracia do Brasil.

– O presidente do Senado, José Sarney, na sua posse, assumiu o compromisso de que o Parlamento faria a sua parte para votar a reforma política. A apreciação da reforma na Câmara encontra barreiras porque alguns deputados entendem que uma decisão tomada agora pode prejudicar a próxima disputa eleitoral – afirmou.

Viana explicou que a pauta foi debatida com José Sarney, o presidente da Câmara e lideranças partidárias.



COMPROMISSO Tião Viana afirmou que apóia a sugestão do líder do PFL

# SEGURANÇA

Projeto aprovado pela comissão modifica lei que criou Sistema Nacional de Armas, tornando inafiançáveis os delitos relacionados com contrabando, posse, porte e venda ilegal

## CCJ agrava crime de porte ilegal de armas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter terminativo, relatório do senador César Borges (PFL-BA) favorável a projeto de lei do ex-senador Carlos Patrocínio que torna mais severas as penas para contrabando, posse, porte e venda ilegal de armas, definindo esses crimes como inafiançáveis e impedindo que os criminosos sejam beneficiados com liberdade provisória.

Com a aprovação, o projeto pode seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso assinado por um décimo dos senadores. Porém, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), anunciou que já existe requerimento apresentado à Mesa do Senado para que todas as propostas que envolvam restrições a armas de fogo sejam analisadas em conjunto.

A matéria altera lei de 1997



**RIGOR** Presidida por Edison Lobão, a CCJ decide aprovar penas mais pesadas para delitos relacionados com armas de fogo

que criou o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e, segundo o relator, “equilibra a dosagem das penas em função da gravidade dos delitos e define melhor os crimes tipificados”.

– Com a proposta, quem portar arma ilegal vai ficar preso, o que não acontece hoje – disse César Borges.

O projeto aprovado é fruto de discussões na Subcomissão de Segurança Pública. Pelo texto,

a pessoa que adquirir ou possuir arma de fogo ilegalmente sujeita-se a pena de um a seis meses de detenção. Essa é a mesma pena fixada para quem deixar que menor de 18 anos tenha contato com armas e para quem disparar arma de fogo em local habitado.

No caso de porte ilegal de arma de fogo, o projeto define pena de dois a quatro anos de reclusão, além de multa. Já a fa-

bricação e a venda de armamentos em desacordo com a legislação devem ser punidas com três a seis anos de reclusão. O contrabando de armas deve ser punido com maior rigor: três a oito anos de reclusão e multa. E a pena será agravada se o crime for cometido por proprietário ou funcionário de empresa especializada na prestação de serviços de segurança ou se o receptor da arma ou da munição for criança ou adolescente.

No caso de armas de uso restrito ou proibido, as penas previstas no projeto são ainda maiores. Uma outra lei já disciplina a questão do armamento de uso privativo das Forças Armadas. Além disso, se os crimes forem cometidos por agente público no exercício da função, as penalidades deverão ser acrescidas de, no máximo, metade e, no mínimo, um terço do tempo de condenação.

## Novo regime evita contato do preso com quadrilha

O Brasil, assim como ocorre com a Itália, poderá ter dois regimes disciplinares para presos considerados de alta periculosidade. A proposta faz parte do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em favor de seu relatório, Jereissati argumentou que o preso, provisório ou condenado, que seja suspeito de envolvimento em organizações criminosas deve ter tratamento mais rigoroso em comparação ao preso perigoso sem ligações com o crime organizado.

Para o primeiro, o senador sugeriu a criação do Regime Disciplinar de Segurança Máxima (RDSM), com regras mais severas que o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que faz parte do projeto original do governo, já aprovado pela Câmara dos Deputados. “O objetivo desse novo regime é romper laços e contatos das organizações criminosas com os presos”, explica Jereissati.

A matéria segue para análise do Plenário do Senado e, caso

as mudanças aprovadas pela CCJ sejam confirmadas, terá que voltar à Câmara, onde os deputados poderão optar entre a proposta original e as alterações sugeridas por Jereissati.

Assim como o relator, o senador Demostenes Torres (PFL-GO), que é membro da Subcomissão de Segurança Pública, defendeu o duplo regime disciplinar.

### Videoconferência

Entre as emendas destacadas pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor de voto em separado sobre a matéria, Jereissati acatou mudanças no interrogatório do acusado. Adepto da adoção obrigatória da videoconferência, o relator mudou sua proposta, deixando a decisão a critério do juiz. O relatório prevê ainda a possibilidade de julgamento à revelia de acusados de crimes graves.

O senador Sibá Machado (PT-AC) lembrou a experiência da Itália, onde, disse, polícia, Ministério Público e Justiça têm papéis bem definidos e os estabelecimentos prisionais são bem projetados e mantidos.

## VITÓRIA HISTÓRICA, AFIRMA JEREISSATI

O senador Tasso Jereissati, relator da proposta que cria o Regime Disciplinar de Segurança Máxima, disse ontem, em entrevista à repórter Beatriz Mendonça, da Rádio Senado, que a aprovação na CCJ foi uma “vitória histórica” contra o crime organizado. Jereissati espera que a proposta seja aprovada o “mais rapidamente possível” na Câmara. Veja trechos da entrevista:

**O sr. considerou uma vitória a aprovação de parte do seu relatório?**

**Jereissati** – Sem dúvida. Tivemos um avanço muito grande na questão do combate ao crime organizado, de uma maior disciplina dentro das penitenciárias e na possibilidade de liberar, no caso da videoconferência, um enorme contingente de policiais, que hoje estão fazendo escolta de presos. O regime de segurança máxima é uma vitória histórica contra o crime organizado. A relação dos líderes do crime organizado presos com seus comandados vai ser interrompida.

**O projeto voltará à Câmara e pode ser que ela derrube o regime de segurança máxima. O sr. acredita que isso vai acontecer?**

**Jereissati** – Existe um lobby muito grande de determinados setores para derrubar o projeto. No Senado

o lobby foi grande, nós enfrentamos e vencemos. Acredito que a Câmara vai ter como reagir a isso.

**Hoje o preso foge e o processo fica parado. Sua emenda permitia a continuidade do processo, mas não foi aceita. Como o sr. vê isso?**

**Jereissati** – O juiz Walter Maierovitch esteve na Subcomissão de Segurança Pública e relatou que 70% dos processos do crime organizado estão parados por impossibilidade de citação dos criminosos. Queríamos dar uma celeridade a isso. A questão deve ser revista, mas demos um avanço nisso também.

**O Regime Disciplinar de Segurança Máxima vai impedir o acesso dos presos a telefone celular?**

**Jereissati** – Será impossível, no regime criado, a não ser que haja algum tipo de corrupção. Existirão celas específicas, com bloqueadores de celular. O contato externo será feito apenas uma ou duas vezes por mês através de vidro e com um advogado apenas. O contato será filmado e ouvido. A conexão do preso dentro da penitenciária com a sua hierarquia, com seu bando, passa a ser impossibilitada. E quando as conexões começam a ser desfeitas, o crime organizado se desorganiza.



**Jereissati: sem conexões, o crime se desorganiza**

### CÉSAR BORGES



Este não é o último, é apenas o primeiro passo no sentido de dar maior segurança à população.

### EDISON LOBÃO



Armas registradas não são usadas para cometer crimes. Pelo contrário, parece que o porte legal evita a violência.

### JEFFERSON PÉRES



A posse ilegal de armas também deve ser considerada crime inafiançável e insuscetível de liberdade provisória.

### DEMOSTENES TORRES



Não interessa se a pessoa está com a arma em casa ou na rua. Nos dois casos, existe uma situação de perigo para a sociedade.

### TIÃO VIANA



A relação entre armas e violência é um fato. É preciso um controle rigoroso da arma clandestina, que ameaça a sociedade.

### MARCELO CRIVELLA



O porte ilegal, o comércio e o contrabando de armas com grande poder de destruição devem ser crimes inafiançáveis.

### JUVÊNIO DA FONSECA



Não se pode acabar com a possibilidade do registro de armas, legalmente, nas mãos dos homens de bem.

## SEGURANÇA

Sarney informa que sessões dos dias 22 a 24 deste mês serão dedicadas ao exame de projetos para combater a violência no país

# Comissão analisará todas as propostas sobre armas de fogo

As sessões plenárias do Senado dos dias 22 a 24 deste mês serão dedicadas ao exame de todos os projetos relacionados à segurança pública, informou ontem o presidente da Casa, José Sarney. Ele disse também que senadores e deputados analisarão, em comissão mista, todos os projetos que restrinjam o uso de armas de fogo. Em comum acordo com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o presidente do Senado anuncia hoje os nomes dos integrantes da comissão.

Indagado pela imprensa, Sarney declarou que o projeto que a Comissão de Constituição,



**ANÚNCIO** Sarney (D) divulga hoje, em comum acordo com João Paulo, integrantes da comissão

Justiça e Cidadania aprovou ontem, tornando inafiançável o porte ilegal de armas e prevenindo o aumento da pena para esse crime, também entra nes-

sa discussão conjunta.

– Nós queremos evitar essas discordâncias que existem entre determinados projetos que tramitam com o mesmo objetivo. Esse é o caso do projeto que proíbe o porte de arma e até mesmo, de uma

maneira mais radical, a venda de qualquer arma dentro do país. Estamos criando uma comissão de cinco senadores e cinco deputados para que exa-

minem a possibilidade de apresentarmos um substitutivo a todas as matérias que tramitam nessa direção, a fim de que se possa dar ao país uma só decisão sobre esse assunto.

Sarney foi ainda perguntado sobre a regulamentação do comércio de armas no país. Ele respondeu que sempre foi um pacifista e que nunca teve apelo a armas.

– Acho que nós devemos tomar uma providência drástica nessa área. Os especialistas têm posições intermediárias. Acredito que esse será um terreno em que se obterá unidade entre todas as tendências da Casa.

## Subcomissão de Segurança define pauta

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública definiu ontem a pauta de trabalhos no período de convocação extraordinária. Até o dia 15, o colegiado deve examinar pareceres a quatro projetos de lei. As matérias começam a ser analisadas pela subcomissão na próxima terça-feira, a partir das 18h, quando serão discutidos os relatórios de Demostenes Torres (PFL-GO) aos projetos que dispõem sobre a identificação dos servidores da área de segurança e sobre a emissão de atestado de pena a cumprir. Ambos serão votados posteriormente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na reunião do dia 15, a comissão deve discutir e votar o



**AGENDA** Subcomissão analisa medidas destinadas a combater crime organizado e violência

relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao projeto que aumenta a pena para tráfico de entorpecentes nas proximidades de estabelecimentos de ensino. O exame desta última matéria ainda está pendente de inclusão na lista de projetos pautados para a convocação extraordinária do

Congresso Nacional.

Outros quatro projetos foram destacados pela subcomissão para exame em Plenário no período de 22 a 24 de julho. São os seguintes: reforma da Lei de Execução Penal e do Código de Processo Penal; registro e porte de armas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm); proibi-

ção da venda de armas de fogo e munição; e combate ao crime organizado.

Embora estejam na pauta da Subcomissão de Segurança, todos os projetos relativos a armas de fogo serão examinados em comissão mista (formada por senadores e deputados) a ser designada hoje.

## Suassuna pede manutenção de cabines de proteção no Rio

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ao prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (PFL), que reveja a decisão que um dos seus auxiliares teria tomado de mandar retirar todos os portões e cabines de segurança que protegem alguns dos condomínios da cidade. Na avaliação do senador, se a medida for efetivada, o clima de insegurança

aumentará.

– Essa notícia me deixou revoltado. Parece até que foi tomada em convênio com o crime organizado. Acredito que o prefeito César Maia nem tenha conhecimento da medida – afirmou Suassuna.

Além de prejudicar a classe média, a decisão, segundo o senador, traz prejuízos para as

camadas mais pobres. Ele citou como exemplo um dos condomínios da Barra, que tem um portão que também dá proteção à Favela do Banco. Suassuna informou que os próprios moradores da favela, temendo que o tráfico tome conta da região, organizaram um abaixo-assinado pedindo à prefeitura que permita o controle de acesso do local.



**RISCO** Suassuna diz que medida da prefeitura agravará insegurança

## Jefferson cobra projeto para Amazônia

Citando dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre o aumento do desmatamento na Amazônia, o senador Jefferson Pêres (PDT-AM) cobrou do governo um projeto de desenvolvimento para a região. “O que ameaça a Amazônia não é a cobiça internacional, mas a cupidez nacional”, disse.



**Jefferson: cupidez nacional é que ameaça Amazônia**

De acordo com os dados, a área desmatada na Amazônia cresceu 25.500 quilômetros quadrados em 2002.

– Nesse ritmo, em algumas décadas, estados já afetados, como Rondônia, Pará e Roraima, perderão o que a Constituição garante ser patrimônio nacional. Não podemos permitir que a Amazônia seja desmatada por ação dos assentamentos do Incra, de pecuaristas e de madeireiros – afirmou.

## Paim destaca matérias sobre afirmação negra

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de dois textos publicados recentemente pelos meios de comunicação. Ambos dizem respeito à afirmação da raça negra.

O primeiro texto é o de reportagem veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre uma imagem de Nossa Senhora que trocou de cor.

Paim também pediu a transcrição de artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* sobre o ministro Joaquim Barbosa, primeiro negro a ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. De autoria do diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, o artigo traz um resumo da trajetória política e social do ministro.



**Paim pediu transcrição nos Anais do Senado**

Fotos: Jane de Araújo



**TRIBUTO** José Sarney, Edison Lobão, João Capiberibe e Aloizio Mercadante exibem os “Discos de Ouro” que recebem da Associação Brasileira dos Produtores de Discos

## Ação contra pirataria dá disco a senadores

Com a homenagem, fabricantes de CD agradecem aprovação de lei que combate falsificação no setor

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, ontem, das mãos da cantora Alcione um “Disco de Ouro” concedido pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), por ter colaborado com a aprovação de lei, já sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei pune a pirataria de CDs. Diversos artistas compa-

receram à cerimônia para entrega das placas contendo discos em material dourado a dez parlamentares que auxiliaram na tramitação do projeto. Estiveram presentes músicos dos grupos Jota Quest, Rouge, É o Tchan e as duplas Gian e Giovanni, Pedro e Thiago, além de Gabriel, O Pensador, e Alcione.

Sarney, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, disse que nunca esperou, entre as homenagens recebidas na vida, ganhar um “Disco de Ouro” – prêmio entregue a artistas nacionais que alcançam a vendagem

de 150 mil cópias de um CD. Sarney brincou, dizendo que, a partir da premiação, os presidentes das Casas do Congresso poderiam formar uma dupla sertaneja, “João e José”. Em seguida, voltando ao tom solene, prometeu que ele e seu colega da Câmara atuarão em dupla com o objetivo de lutar pelos direitos dos artistas brasileiros.

– Muito pior do que roubar bens materiais é roubar bens espirituais – afirmou Sarney.

O senador destacou que esse projeto foi o que tramitou com maior rapidez no Congresso, mostrando que o combate à pirataria é uma boa causa. Para

Sarney, a música brasileira é um resumo de tudo que o Brasil representa: suas montanhas, praias e especialmente sua gente. O senador se disse feliz em compartilhar a vitória dos artistas e por poder contribuir com a música popular brasileira, que mostra ao mundo a identidade nacional.

### Sonegação

Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), outro premiado com o disco de ouro, lembrou que a pirataria impede inclusive que artistas recebam o prêmio, destrói o mercado de trabalho da área fonográfica, impossibilita reco-

lhimento de impostos e dificulta o reconhecimento do trabalho intelectual dos artistas.

O cantor Gabriel, O Pensador falou em nome dos artistas, lembrando que a pirataria causou ondas de demissões nas gravadoras e que é preciso maior repressão contra o crime. Disse que o consumidor precisa ter consciência do mal que faz aos artistas quando compra um CD falsificado.

A lei aprovada pelo Congresso estabelece pena de dois a quatro anos para quem se envolve em prática de pirataria de discos, inclusive por meio da Internet.

## Pesquisa sobre tráfico sexual orientará CPI

Os resultados da pesquisa patrocinada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes “para fins de exploração sexual comercial no Brasil” vão servir de referência para os trabalhos da CPI mista que investiga a ocorrência desses delitos. A informação foi prestada pela presidente da comissão parlamentar de inquérito, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE).

Cerca de 130 pesquisadores reuniram durante dois anos de trabalho, em 19 estados e no Distrito Federal, dados registrados a partir de 1996 sobre situações que configuram tráfico sexual. Foram pesquisadas 476 fontes institucionais, das quais 333 governamentais e 127 não-governamentais, 11 agências internacionais e cinco consulados. A pesquisa relacionou 13 mil reportagens sobre exploração sexual veiculadas no período de seis anos, sendo que apenas 219 tratavam

especificamente do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes.

Além disso, os pesquisadores realizaram mais de 140 estudos de casos (dez publicados em livro sobre a pesquisa) para verificar se eram confirmadas as informações obtidas junto às fontes institucionais, conforme ressaltou a coordenadora nacional da pesquisa, Maria Lúcia Leal.

Também foram estudados 154 inquéritos policiais e processos decorrentes, e identificadas 241 rotas do tráfico sexual, das quais 131 internacionais (a principal é para a Espanha) e o restante no país.

### Sugestões

– Comprovamos que há tráfico sexual interno no Brasil – afirmou a coordenadora da pesquisa comandada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, uma organização não-governamental (ONG) fundada por professores da

Waldemar Rodrigues



**DENÚNCIA** Patrícia Saboya (segunda à esquerda) ouve coordenadores do trabalho que teve apoio da OEA

Universidade de Brasília (UnB).

Respondendo a indagação de Patrícia Saboya, o coordenador técnico da pesquisa, Wanderlino Nogueira Neto, disse que é necessário montar um sistema permanente de notificação dos casos de violência e tráfico sexual que realmente funcione, interligando as bases de dados que trazem informações sobre o assunto. Como exemplo citou o DataSUS, que é o sistema de processamento de dados do Ministério da Saúde.

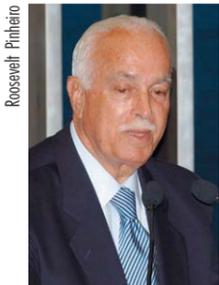
As mudanças defendidas pe-

los pesquisadores vão desde a legislação existente até a revisão do tratamento da questão da sexualidade no país e cuidados no planejamento de programas oficiais de desenvolvimento regional e setorial. A coordenadora da pesquisa na Região Centro-Oeste, Estela Márcia Escandula, sugeriu que os projetos de desenvolvimento devem avaliar o seu impacto social e como poderiam ajudar no combate à violência e ao tráfico sexual de crianças, adolescentes e mulheres. Mencionou

o que aconteceu com um dos principais programas de desenvolvimento do turismo no Nordeste, o Prodetur, que possibilitou aumento do turismo sexual na região.

A CPI volta a se reunir hoje, a partir das 10h, para votar diversos requerimentos propondo investigação de casos específicos, identificar os estados onde a situação é mais grave e decidir em que cidades serão promovidas as diligências e as audiências públicas, informou Patrícia Saboya.

## ACM apela a Lula pelo metrô de Salvador



ACM: "Não deixe a sabotagem prosperar"

Ao comemorar os 180 anos de independência política da Bahia, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ontem ao presidente da República que dê mais atenção ao metrô de Salvador.

– Não deixe a sabotagem contra o metrô prosperar – solicitou o senador.

Lembrando que todos os metrôs foram construídos com recursos federais, ele disse que, se o governo quiser, o metrô estará pronto até o fim do ano.

Antonio Carlos destacou que o povo baiano tomou as ruas de Salvador para comemorar a independência política da Bahia e "aplaudir seus líderes, inclusive este senador".

– Lá houve luta, houve sangue derramado, não foi uma independência proclamada apenas com palavras.

## César Borges teme perda de 6 mil empregos



Para César Borges, atraso em repasse gera prejuízos

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, admitiu, em ofício endereçado ao prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy (PFL), que a razão do atraso nos repasses de recursos para a obra do metrô

da capital baiana é o contingenciamento orçamentário imposto pelo governo. A informação foi trazida a Plenário pelo senador César Borges (PFL-BA), que vem cobrando em discursos a liberação dos recursos, cujo atraso poderá trazer prejuízos ao erário.

– As obras estão sendo paralisadas, podendo levar à perda de 6 mil empregos. O contingenciamento serve a um superávit de quase 7%, provocando uma realidade perniciosa, com custos adicionais de desmobilização das obras e posteriores de mobilização.

# Valadares protesta contra desvinculação de receitas

## Senador critica intenção dos governadores de reduzir verbas para educação e saúde

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou ontem contra proposta apresentada pelos governadores ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desvinculação de 20% das receitas estaduais. "Isso implica prejuízo para o povo", afirmou, alertando que a adoção da medida desobrigaria os estados de aplicarem 25% desses recursos em educação e 12% na saúde, investimentos previstos pela Constituição federal.

Com a Desvinculação dos Recursos dos Estados (DRE), Valadares explica que de cada R\$ 100 para investimento em educação, R\$ 20 seriam deslocados para outras áreas, como "obras eleitoreiras, que não condizem com o ânimo e interesse da população". Depois de "muito sacrifício e luta" para a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que vinculou receitas estaduais à saúde, o senador considerou "insano" o pleito dos governadores.

– Não podemos concordar que os governadores pressionem o presidente Lula para que



OBRIGAÇÃO Valadares prevê desvio de investimentos para "obras eleitoreiras"

pressionem o Congresso a desvincular esses recursos.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) adiantou que a decisão do governo federal é não aceitar essa proposta de desvinculação, cobrando também do Congresso uma posição firme sobre o assunto, sob pena de se desobrigar os estados de aplicarem os investimentos constitucionais em educação e saúde.

### Reforma tributária

Mas as pressões dos governadores junto à União não se restringiram à DRE, segundo Valadares. Cobranças de uma maior participação na repartição do bolo tributário, inserindo aí a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

(CPMF) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), e uma maior compensação das perdas dos estados exportadores com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações, também foram dirigidas pelos governadores ao presidente da República.

O senador por Sergipe também comentou artigo da jornalista Myriam Leitão, "Babel Tributária", corroborando a opinião da colunista, assim como o fez o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sobre as dificuldades em se conciliar os interesses conflitantes dos entes federados, setores produtivos e contribuintes federados constantes da proposta de reforma tributária, em tramitação na Câmara.

– Cada um só olha a sua seara, querendo aumentar seus recursos e diminuir suas responsabilidades – assinalou Suassuna.

Já Ideli informou que a União está disposta a compensar os estados pelas perdas com a desoneração do ICMS e a repassar parcela da Cide. Valadares disse esperar que a reforma tributária não ocorra em detrimento do contribuinte, mas em favor do país, e que possa melhorar a oferta de serviços à sociedade.

## Demostenes cobra verbas para saúde



CORREÇÃO Adicional orçamentário foi aprovado pelo Congresso, afirma Demostenes

corrigir distorção na remuneração *per capita* dos serviços de saúde, aprovando um adicional orçamentário para as regiões Norte e Nordeste.

– Para se ter noção do alcance da emenda aprovada, basta dizer que os recursos somam

pouco mais de R\$ 1,036 bilhão e representam um acréscimo de 3,5% no orçamento geral do Ministério da Saúde. Quando os números são olhados mais de perto, especialmente em relação aos estados das regiões referidas, o valor adicionado é significativo. O Nordeste ficou com 44,2% da distribuição e o Norte com 27,9%, enquanto à minha região, o Centro-Oeste, couberam 5% e, especificamente Goiás, 1,95% – explicou.

O senador afirmou a convicção de que o ministro da Saúde, Humberto Costa, vai procurar saber quem deu a ordem de sonegar dos estados mais pobres os recursos que financiam o tratamento de doentes renais crônicos e de pacientes com câncer, corrigirá a distorção a tempo e cumprirá as determinações da Lei Orçamentária Anual.

## Pavan destaca turismo em Santa Catarina



Pavan: estado é "miniatura da Europa"

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) destacou ontem o potencial turístico de seu estado, alavancado por "uma diversidade tal de cenários e gente que deslumbra os que o visitam".

– Com praias de areia branca, matas tropicais e serras nevadas, pescadores açorianos, agricultores italianos e industriais alemães, é uma terra rica de todos os povos que compõem o mundo, uma terra de belos e definitivos contrastes, por isso mesmo tão fascinante – afirmou, ressaltando a diversidade geográfica e humana em um território de apenas 95,4 mil quilômetros quadrados.

O senador salientou que, com cidades alemãs, italianas, polonesas, austríacas e portuguesas, "Santa Catarina é uma miniatura da Europa".

## Delcídio: trem do Pantanal volta a circular



Para Delcídio, ferrovia vai ajudar turismo

Depois de sete anos, os 442 quilômetros da ferrovia que unem Campo Grande a Corumbá serão reestatizados, anunciou o senador Delcídio Amaral (PT-MS). O trecho deixa de ser propriedade da *holding* Brasil Ferrovias para voltar ao controle da União e de Mato Grosso do Sul.

Para Delcídio, a decisão de voltar a transitar um trem de passageiros pelo Pantanal visa "trazer ainda maior interesse turístico para a região, que já é atração internacional". Ele declarou que a recuperação da ferrovia custará no mínimo R\$ 300 milhões. Segundo ele, a Noveste – empresa detentora da concessão – deixou que o trecho fosse sucateado. Será preciso reconstruir 15 estações e suas vias de acesso, além de repor equipamentos.

# Bancada do PT reavaliará punição a Heloísa Helena

Depois de apelo feito por Eduardo Suplicy em Plenário, partido anuncia nova reunião da bancada

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ao Plenário ontem que os líderes do PT, Tião Viana (AC), e do governo, Aloizio Mercadante (SP), concordaram com a realização de uma nova reunião da bancada, na próxima terça-feira, para rediscutir a situação da senadora Heloísa Helena (PT-AL), afastada da bancada na terça-feira, sob a acusação de fazer "oposição sistemática ao Executivo".

— Era muito importante fazer um apelo à senadora Heloísa Helena para que ela tenha uma atitude construtiva e respeitosa em relação aos ministros, ao presidente e aos dirigentes partidários. Mas, ao mesmo tempo, apelei ao líder Tião Viana e ao presidente (do PT) José Genoíno para que fosse feita nova reunião, dessa vez com toda a bancada, porque o afastamento da senadora foi decidido por 12 dos 14 senadores — afirmou Suplicy.



Roosevelt Pinheiro

**NEGOCIAÇÃO** Suplicy obteve dos líderes Mercadante e Tião Viana a rediscussão do caso

Após a decisão, tomada por 8 votos a 4, Suplicy recebeu a visita do presidente do PT, José Genoíno, e conversou com Tião Viana e Mercadante, que lhe relataram as dificuldades para lidar com as dissensões dentro do partido. O senador também informou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, manifestou, em telefonema, desejo de contribuir para um entendimento entre as partes.

Com a presença de 13 deputados petistas no Plenário, Suplicy disse que preferia uma atitude "mais aconchegante e solidária com as pessoas que ajudaram a construir nosso

partido e que hoje têm críticas a certos pontos que envolvem enormes polêmicas". Após a reunião que decidiu afastar a senadora, ele havia admitido não se sentir bem na bancada até que haja decisão do Diretório Nacional.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS), ausente da votação de terça-feira, porque se encontrava com o ministro da Defesa, José Viegas, discutindo a fusão da Varig com a TAM, manifestou otimismo quanto à possibilidade de uma saída negociada em relação à reforma previdenciária, um dos pontos de divergência da senadora com a orientação do Executivo.

Ana Júlia Carepa (PT-PA), uma das quatro que votaram contra o afastamento de Heloísa Helena, fez um apelo para que a senadora e os dirigentes do partido busquem entendimento. "A chance do Brasil dar certo é agora", declarou. Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou que "a grandeza que sempre admiramos em Suplicy fica maior com essa iniciativa dele". Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou os líderes do partido por terem marcado uma nova reunião.

## Senadora agradece o empenho de Suplicy

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) agradeceu ontem ao colega Eduardo Suplicy (PT-SP) pela defesa que tem feito dela junto ao partido e pela sugestão, acatada pela bancada no Senado, de que a suspensão imposta a ela fosse rediscutida.

— O senador Eduardo Suplicy é um amor, uma alma libertária, um democrata, adepto do bom debate, e eu agradeço a ele a generosidade, o carinho, o empenho que demonstrou — disse Heloísa.

A senadora brincou, dizendo que esteve no programa *Saia Justa*, do canal GNT, e a cantora Rita Lee lhe perguntou se ela namorava Suplicy. Ela respondeu que não, que o senador já estava comprometido, e ela respeitava "território ocupado".

Ainda em tom de brincadeira, Heloísa Helena frisou que, quando Suplicy estava livre e desimpedido, havia várias candidatas, mas ela e a colega



Geraldo Mesquita

**APOIO** Heloísa discursa, observada por deputados federais do PT

Marina Silva (atual ministra do Meio Ambiente) comprometeram-se a fazer uma "triagem" para o senador. "Eu prometo sempre consultá-las", respondeu Suplicy, rindo.

Encerrando o pronunciamento, Heloísa Helena afirmou que no PT não pode haver ninguém "mais patriota", ou "mais

petista" do que o outro, e que as divergências de projetos e de concepções ideológicas sempre foram respeitadas.

A bancada do PT no Senado rediscute o caso da senadora na terça-feira e a Executiva Nacional do partido vai analisar o recurso interposto por ela no dia 11 de setembro.

# Pedido de CPI do MST reúne 31 assinaturas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que recolheu 31 assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a crise fundiária.

— O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido flácido com a ação desestabilizadora do MST, uma situação que já fugiu do controle e está assumindo proporções graves — afirmou.

Para o senador, o "objetivo delirante" do MST é desestruturar a economia e a agricultura brasileiras, agricultura que é responsável por um saldo comercial que deve atingir US\$ 21 bilhões em 2003.

O senador classificou de "estúpida" a decisão do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, de entregar ao MST a máquina do Incra. "Foi uma tentativa estulta e estúpi-



Roosevelt Pinheiro

**Arthur Virgílio disse ter recolhido 31 apoios em seu requerimento**

da de acalmar o MST, mas na verdade o que se faz é ajudar a destruir a agricultura brasileira com o apoio da máquina pública", frisou.

— Gostaria que o governo tivesse com esse movimento a mesma energia que demonstra para tratar a senadora Heloísa Helena

como um Trotsky; a deputada Luciana Genro como um Kamenev; e o outro deputado (João Batista Babá, do PT paraense) como um Zinoviev — comparou o senador, referindo-se a políticos perseguidos na extinta União Soviética pelo ditador Josef Stalin.

Arthur Virgílio acrescentou que gostaria de ver no governo a mesma energia contra o MST que foi demonstrada na "vaia orquestrada" contra a vice-governadora do DF, Maria de Lourdes Abadia, dentro do Palácio do Planalto, em uma solenidade oficial.

## PMDB nacional repudia ações contra Roriz

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), leu em Plenário nota oficial da Executiva do partido em que o PMDB "repudia toda e qualquer atitude política que vise à retirada do mandato do governador Joaquim Roriz e da vice-governadora, Maria Abadia, legitimamente eleitos no DF para o quadriênio 2003 e 2006".

Na nota, o PMDB nacional "lamentava e repudia a atitude do PT do Distrito Federal, cuja ação política põe em risco a aliança formalizada pelo partido com o governo federal, podendo significar abalo à governabilidade do país". A nota foi aprovada por unanimidade pelos integrantes da Executiva, numa reunião realizada ontem,



Roosevelt Pinheiro

**Renan Calheiros: atos do PT põem em risco governabilidade do país**

que contou com a presença do governador Roriz, do presidente do Senado, José Sarney, do presidente do partido, Michel Temer, do líder na Câmara, deputado Eunício Oliveira, e do próprio Renan Calheiros, líder no Senado.

Na nota, os pe-

medebistas lembram que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu sustar o andamento do processo movido pelo PT contra o governador até que o plenário do órgão venha a se pronunciar sobre os pleitos constitucionais questionados: o que garante o julgamento por pelo menos duas instâncias e o que assegura a igualdade das partes em produzir contraprovas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma e Geraldo Mesquita Júnior